

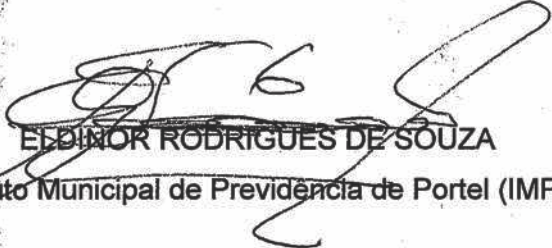


INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DE AVISO DO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2015

Certifico para os devidos fins, que foi publicado no quadro de avisos e publicações desta Autarquia, o aviso de extrato de Contrato originária do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015, PROCESSO Nº 001/2015, cujo contratado foi R. V. L. MELO & CIA. LTDA, pessoa jurídica, com inscrição no CNPJ/MF nº 11.648.352/0001-74, com endereço à Rua dos Pariquis, nº 2999, Edf. Village Center Sala 1105, Bairro Cremação, CEP: 66.040.045, Belém, estado do Pará, para Executar os Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira ao Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) com a Finalidade de Orientação ao Gestor e Membros dos Conselhos desta Autarquia, pelo Período de 12 (Doze) Meses, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, nos termos da Lei, o Valor global contratado é de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais), divididos em 12 parcelas de R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais).

Gabinete do Presidente do IMPP, aos 05 de Janeiro de 2015.


ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA
Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP)

ELDINOR
RODRIGUES DE
SOUZA:0469600006
06

Assinado de forma digital
por ELDINOR RODRIGUES
DE SOUZA:04696000206
Data: 2016.03.15
10:56:41 -03@000



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS-ESPECIALIZADO QUE ENTRE SI FAZEM, O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL (IMPP) e a empresa R.V.L. MELO & CIA. LTDA.

Pelo presente instrumento, as partes adiante nomeadas e qualificadas celebram o presente TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, PARA DESENVOLVER ATIVIDADES NO ÂMBITO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA NAS ÁREAS TÉCNICO-CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA, mediante as condições insertas nas cláusulas abaixo:

CONTRATANTE:

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ-MF, Nº 07.241.142/0001-90, com sede na Av. Floriano Peixoto s/n – Centro, CEP: 68.480-000 – Portel - Pará, denominado daqui por diante de **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Sr. ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da CI: 0635126-SSP/PA e CPF: 046.960.002-06, residente e domiciliado à Rua Coronel Guedes, nº 631, Centro, CEP 68480-00, Portel-PA.

CONTRATADO:

R. V. L. MELO & CIA. LTDA, pessoa jurídica, com inscrição no CNPJ/MF nº 11.648.352/0001-74, com endereço à Rua dos Pariquis, nº 2999, Edifício Village Center, Bairro Cremação, CEP:66.040.045, Belém-PA, denominado daqui por diante de **CONTRATADO**, representado neste ato, por seu Sócio Administrador o Sr. ROMULO VICTOR DE LIMA MELO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado no Município



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

de Belém-PA, à Av. Marques de Herval 1612 Ap. 104, CEP 66085-306, Bairro Pedreira, portador do CPF: 861.798.372-87 e RG: 015562/0-6 - CRC/PA.

Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da Lei federal nº 8.666/93, modificada posteriormente, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato é celebrado pelo prazo de 12 meses, compreendendo o período de 05/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, pelo período de 12 (doze) meses conforme Termo de Referência em anexo, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP).

2.2 - Especificação dos Serviços a serem realizados;

2.2.1 - Os serviços de assessoria contábil especializada na gestão pública que pleiteamos contratação consistente, basicamente, na:

I - Classificação e escrituração contábil de acordo com as normas de Contabilidade Pública, disposta na Lei de Direto Financeiro, Lei n.0 4.320/64, ou outra que vier a substituí-la, bem como pelas orientações e disposições baixadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, e outros órgãos competentes;

II - Apuração de balancetes mensais, na forma estabelecida pelo TCM/PA - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

III - Apuração bimestral da execução orçamentária para inclusão no Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicada pelo Poder Executivo; Apuração semestral do Relatório de Gestão Fiscal para autuação no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA; Apuração anual do Patrimônio e da execução orçamentária-financeira para a consolidação ao Balanço Anual do IMPP;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

IV - Assessoria nas aquisições e contratações, gestão de pessoal e na avaliação dos projetos de leis do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei de Orçamento Anual, Projetos de Lei de Crédito Adicional Especial orçamentário, e outras proposições que necessitarem de supervisão contábil.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A), pelo adimplemento total do OBJETO do ajuste, mediante ATESTADO emitido pelo Gestor o Sr. ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA, o valor total de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais), divididos em 12 parcelas de R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais) até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços com a emissão da nota fiscal atestada pelo Gestor.

Parágrafo Primeiro - Compete a(o) CONTRATADO(A) Todos os encargos sociais originários da execução do presente Contrato, incluindo - se entre outros, impostos, frete, taxas e obrigações relativas à Legislação Trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Segundo - A despesa citada correrá á conta da seguinte dotação orçamentária do vigente Orçamento: Dotação orçamentária: Exercício 2015-09.1272.0053.2.154 - Manutenção do Instituto Municipal de Previdência do Município de Portel 3.3.90.35.00-00-Serviços de Consultoria.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATANTE através do Gestor o Sr. ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA, exercerá a fiscalização do presente ajuste, obrigando-se o(a) CONTRATADO(A) a facilitar as ações inerentes, sob pena de caracterizar descumprimento contratual e sujeitar-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - O presente ajuste poderá ser rescindido nos casos arrolados pela Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, e será admitida a prorrogação através de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - O presente instrumento tem fundamento jurídico em procedimento administrativo realizado por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015, homologado e adjudicado pelo Sr. ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente por parte do CONTRATANTE, nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, assegurando ao CONTRATADO as garantias constitucionais do devido processo legal e ao direito de ampla defesa e contraditório, se:

8.1 - O contratado não cumprir as suas obrigações contratuais.

8.2 - Houver razões de interesse do serviço público, devidamente fundamentadas.

8.3 - Poderá também ser rescindido bilateralmente, mediante acordo firmado entre as partes.

8.4 - Por decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 a Contratada poderá incorrer nas seguintes multas:

9.1 - 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na disposição do objeto licitado e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do respectivo contrato;

9.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da contratada for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores acima mencionados serão atualizados à época da inflação contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente às multas, será descontado do pagamento a que fizer jus a contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90

10.1 - Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato, poderão ser aplicadas as seguintes Penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato;

III - Suspensão temporária de participação em licitação;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

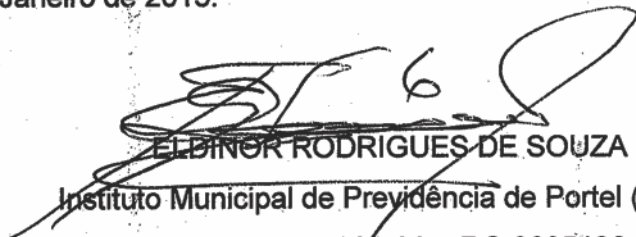
10.2 - Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos: descumprimento das obrigações do CONTRATADO para com o contratante; erros, omissões ou vícios na Nota Fiscal/Recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo o órgão interessado, conforme disposto no artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de PORTEL, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas, omissões ou litígios decorrentes deste Contrato, de conformidade com o disposto na legislação em vigor. Os casos porventura omissos serão resolvidos pela aplicação do disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

E, por estarem assim, justas e CONTRATADAS entre si, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, produzindo seus efeitos legais a partir de sua assinatura.

PORTEL, 05 de Janeiro de 2015.


ELBINOR RODRIGUES DE SOUZA
Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP)
CPF 046.960.002-06 e RG 0635126

Contratante



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90


R. V. L. MELO & CIA. LTDA

CNPJ/ME nº 11.848.352/0001-74

ROMULO VICTOR DE LIMA MELO

CPF: 861.798.372-87 e RG: 015562/0-6 - CRC/PA

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, torna Público o PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015-CPL/PMVN, abertura será às 09:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2016. Receberá propostas comerciais para o FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA PARA O CONSUMO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, POR ATÉ 12 (DOZE) MESES. Os interessados poderão retirar o Edital, mediante o pagamento de taxa administrativo de segunda a quinta no horário de 08:00h às 12:00h, na sala da CPL, sito à Praça da Independência, s/nº - CEP: 68.780-000 - Vigia de Nazaré - Pará - Brasil.

LEONARDO FIGUEIREDO DE AVIZ

Pregoeiro/PMVN

Parte inferior do formulário

Protocolo 925309

EMPRESARIAL

JOSÉ DAVID CRISTINO, residente e domiciliado no Município de Itaituba/PA, torna público que recebeu da SEMAS/PA, TERMO DE RETIFICAÇÃO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUÇÃO Nº.: 07/2013, averbado/registrado em 26/01/2016

Protocolo 922511

ANGELA MARIA PAIER GUIMARÃES- CPF: 152.821.552-49 proprietária da Fazenda Santa Clara II, localizada no município de Paragominas-PA, torna público que requereu junto à SEMMA - Paragominas, a obtenção de Licença de Atividade Rural (LAR) para a atividade de Pecuária.

Protocolo 923080

MARCELO PAIER - CPF: 259.956.502-20 proprietário da Fazenda Santa Clara I, localizada no município de Paragominas-PA, torna público que requereu junto à SEMMA - Paragominas, a obtenção de Licença de Atividade Rural (LAR) para a atividade de Pecuária.

Protocolo 923082

MINERAÇÃO MARAVAIÁ LTDA, CNPJ: 17.755.975/0003-94, instalada no município de Curionópolis/PA, torna público que requereu a SEMAS, licença de operação para atividade de extração de minerais metálicos, protocolo nº 2016/00000879.

Protocolo 923104

EVERTON FRANCISCO FERREIRA NEVES torna público que requereu junto a SEMMA/STM, Licença de Operação - LO sob protocolo nº 0027/2016, para atividade de Extração de bem mineral de argila em corpo hídrico, em Santarém/PA.

Protocolo 923105

MINERAÇÃO MARAVAIÁ LTDA, CNPJ: 17.755.975/0003-94, instalada no município de Curionópolis/PA, torna público que requereu a SEMAS, licença de operação para atividade de beneficiamento de minerais metálicos - cobre, protocolo nº 2016/00000929.

Protocolo 923106

MINERAÇÃO MARAVAIÁ LTDA, CNPJ: 17.755.975/0003-94, instalada no município de Curionópolis/PA, torna público que requereu a SEMAS, licença de operação para atividade de beneficiamento de minerais metálicos - cobre, protocolo nº 2016/00000929.

Protocolo 923111

POSTO RIO TAPAJÓS EIRELI - ME torna público que recebeu da SEMMA/STM, a Licença de Operação - LO nº 003/16, válida até 29/01/2020, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis em Santarém/PA.

Protocolo 923123

AUTO POSTO PIQUIATUBA LTDA torna público que recebeu da SEMAS/PA, a Licença de Operação - LO nº 9750/2016, válida até 20/01/2018, para atividade de Posto Revendedor de Combustíveis em Santarém/PA.

Protocolo 923793

BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A CNPJ 04.737.144/0001-86 - NIRE 15300011604 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº38 O Sr. Saul Chyng Zugmann diretor presidente da sociedade BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de fevereiro de 2016, às 17:00 horas, no Lote 2, Setor 1, Quadra 3, do Distrito Industrial de Ananindeua, Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (1) Alteração do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a fim de redefinir a forma de composição da Diretoria, cuja proposta é que passe a ter a seguinte redação: "A sociedade será administrada por uma diretoria composta de 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e (1) Diretor-Executivo, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos"; (2) Eleição dos membros da diretoria com mandato de 3 anos; (3) Fixação da remuneração dos administradores. Ananindeua (Pa), 03 de fevereiro de 2016

Saul Chyng Zugmann

Diretor Presidente.

Protocolo 924498

TRAMONTINA BELÉM S.A. Belém - PA - CNPJ nº 14.068.605/0001-29 AVISO AOS ACIONISTAS Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita no Distrito Industrial de Icoaraci, Av. Principal, 700, Setor C, Quadra 2, em Belém, PA, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Belém, em 05 de fevereiro de 2016. Clovis Tramontina - Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 924546

TRAMONTINA NORTE S.A. Belém - PA - CNPJ nº 14.098.057/0001-80 AVISO AOS ACIONISTAS Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita no Distrito Industrial de Icoaraci, Av. Principal, 700, Setor C, Quadra 2, em Belém, PA, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Belém, em 05 de fevereiro de 2016.

Clovis Tramontina

Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 924553

A Diretora do **CENTRO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO**, torna pública a relação de alunos concluintes do Curso Educação de Jovens e Adultos- EJA- a nível de Ensino Médio, em 19/12/2014: Adriano Donizetti dos Reis, Alecio de Oliveira Ferreira, Alexandre Victor da Costa, Amanda Marcela Roland Justimiano, Ana Cristina Afonso Barbosa, Andre Beletato Araujo, Andrei Coelho Jorge, Andrieli de Matos Falkewicz, Antonio Carlos Delege, Antonio de Oliveira, Bianca Cristina de Moraes Campos, Bruno Augusto de Castro, Bruno de Araujo Afonso, Carlos Diniz da Silva, Claudinei Geraldo de Oliveira, Clayton Costa da Silva, Cleiton Luiz Morelli, Crislaine Cristina Medeiros, Dalila Cristina da Costa, Dalila Vilasbôas de Paula Bento, Daniela Fernanda Fernandes, Davi Murari da Costa, Deborah Cristina Nicolau Delege, Edinaldo Pereira Amorim, Eduardo Henrique Costa, Eliana Sabrina Faria da Silva, Elisia Carriel, Flavio Guin, Francisco de Paulo Caitano Uchoa.

Protocolo 924783

A **COOPERATIVA MISTA DO GARIMPO DA CUTIA - COOMIC** inscrita no CNPJ: 34.624122/0001-70, torna público que pleiteia junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA - PA, uma LICENÇA DE OPERAÇÃO com Processo nº: 2015/0000029506, para atividade de lava experimental (gu) no distrito de Vila Cutionópolis, município de Curionópolis, Pará.

Protocolo 924794

A **CLARO S.A.**, CNPJ: 40.432.544/0241-60, torna público conforme preceitua a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 06/86, que requereu junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - IPIXUNA DO PARÁ a LICENÇA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO - LIO de uma Torre de telefonia celular, Processo DILAM nº 014/2015/2016, localizada na BR 010, Km 88 - Distrito Novo Horizonte, Município de IPIXUNA DO PARÁ. Durante a solicitação da Licença foram apresentados os documentos Administrativos/Jurídicos e Projetos Ambientais solicitados pela entidade.

Protocolo 924846

**EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº..002/2016-SAAEP
ORIGEM..PREGÃO Nº 001/2015-SAAEP (ARP
001/2016-SAAEP)**

CONTRATANTE..... SAAEP-SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PARAUPEBAS
CONTRATADA(O)..... CAETANO & PINHEIRO LTDA
OBJETO..... Fornecimento de combustíveis para uso nos veículos de apoio aos setores administrativo e operacional, nas roçadeiras, moto bombas e grupo gerador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas.
VALOR TOTAL..... R\$ 710.034,00 (setecentos e dez mil e trinta e quatro reais)
PROGRAMA DE TRABALHO..... Exercício 2016 Atividade 2.150, Classificação econômica 3.3.90.30.00.
VIGÊNCIA..... 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA..... 04 de Janeiro de 2016

Protocolo 924880

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015-Processo Administrativo nº 001/2015 Objeto:

Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para desenvolver atividades no âmbito da Gestão Administrativa nas áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, junto ao Instituto Municipal de Previdência de Portel, pelo período de 12 (doze) meses. Contratada: R. V. L. Melo & Cia. LTDA, inscrita no CNPJ:11.648.352/0001-74. Valor Total Contratado: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Dotação orçamentária: Exercício 2015-09.1272.0052.154- Manutenção do Instituto Municipal de Previdência do Município de Portel 3.3.90.35.00-00-Serviços de Consultoria. Em: 05/01/2015. Fundamento: Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, em conformidade com o Termo de Referência.

Protocolo 924936

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015-Processo Administrativo nº 002/2015 Objeto:

Contratação de Fornecimento de Licenciamento de uso (locação) de sistemas de informática, com assistência técnica, manutenção e assessoria no uso dos Softwares de Contabilidade Pública Planejamento e Orçamento, LOA, Gestão Pessoal, Informações Automatizadas, Responsabilidade Fiscal e Transparência, para implantação nesta Autarquia, pelo período de 8 (oito) meses junto ao Instituto Municipal de Previdência de Portel. Contratada: ASP - Automação, Serviços e Produtos de Informática Ltda. inscrita no CNPJ: 02.288.268/0001-04. Valor Total Contratado: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). Dotação Orçamentária: Exercício 2015-09.272.0033.154-Manutenção do Instituto Municipal de Previdência de Portel 33.90.39.00.00. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Em: 05/01/2015. Fundamento: Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, em conformidade com o Termo de Referência.

Protocolo 924938

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015-Processo Administrativo nº 003/2015 Objeto:

Contratação de prestação de serviços médicos (pessoas físicas e/ou jurídicas), para a realização de perícias médicas previdenciárias junto ao IMPP, aos servidores públicos conforme legislação vigente, na abrangência territorial do município de Portel, pelo período de 12 (doze) meses. Contratado: Alisson Bruno Monteiro Corrêa, brasileiro, solteiro, médico, portador do CRM: 10098 e CPF: 904.947.842-53. Valor Total Contratado: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). Dotação orçamentária: Exercício 2015-09.272.00532.154-Manutenção do Instituto Municipal de Previdência de Portel 33.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Em: 05/01/2015. Fundamento: Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015, em conformidade com o Termo de Referência.

Protocolo 924939





INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

PARECER CONTROLE INTERNO

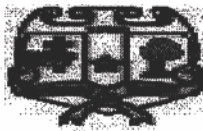
O Sr. **ADIMILTON ANTONIO CORREA SANTANA (Controlador Geral)**, responsável pelo **Controle Interno do Município de Portel**, nomeado nos termos do Decreto N° 002, de 01 de Janeiro de 2013, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do **§1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014**, que analisou integralmente o Processo n.º 001/2015, referente à Inexigibilidade N° 001/2015, tendo por objeto a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para desenvolver atividades no âmbito da Gestão Administrativa nas áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, junto ao Instituto Municipal de Previdência de Portel, pelo período de 12 (doze) meses, celebrado com R. V. L. MELO E CIA LTDA, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

- (X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;
- () Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

Portel/PA, 29 de Janeiro de 2015.

Adimilton Antonio Correa Santana
Responsável pelo Controle Interno



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.
CNPJ: 07.241.142/0001-90

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1- DOS FATOS

O objeto do presente Processo Licitatório nº 001/20152, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015, consiste na Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira ao Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) com a Finalidade de Orientação ao Gestor e Membros dos Conselhos desta Autarquia, pelo Período de 12 (Doze) Meses.

2. DO DIREITO

A Lei nº 8666/93, em seu artigo 25, inciso II determina:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

"(...) II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no Art. II. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação". (grifo nosso).

Em relação aos serviços técnicos a que se refere o artigo supra, arrolados no art. 13, não resta nenhuma dúvida de que os serviços a serem contratados incluem-se entre eles, por estarem contemplados em mais de uma das hipóteses legais, tais como estudos técnicos, planejamentos, pareceres, e avaliação em geral, assessoria e consultoria técnica, patrocínio ou defesa de causas administrativas e treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A natureza singular afasta os serviços corriqueiros, ainda que técnicos, e de outro, não restringe a ponto de ser incomum, inédito, exclusivo, etc, mas especial, distinto ou até mesmo dotado de uma criatividade ímpar. Verifica-se, ante a situação exposta, o cumprimento aos requisitos necessários para contratação direta com base no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

"Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Tais características são demonstradas pelo Contratado conforme se verifica das qualificações apresentadas pela mesma. Vale ressaltar, que o valor do contrato encontra-se compatível com a realidade do Município, bem como com os preços praticados no mercado.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

Verifica-se, ante a situação exposta, o cumprimento aos requisitos necessários para contratação direta com base no artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONCLUSÃO

A matéria em análise trata de contratação direta, por inviabilidade de competição, justificando se, pois a inexigibilidade de licitação, tendo em vista a singularidade do serviço e a especialização da contratada, que inclui entre os seus serviços, a elaboração de projetos, estudos técnicos, planejamento, pareceres, etc, na área afim. Ressalta como principal ponto a refletir a questão dos fatores determinantes da identificação do objeto pretendido pela Administração.

Por todo o exposto, esta Comissão de Licitação opina pela Contratação da empresa R. V. L. M ELO & CIA. LTDA, pessoa jurídica, com inscrição no CN PJ/MF nº 1 1.648.352/0001- 74, com endereço à Rua Pariquis, n.º 3001 , Edifício Village Medical Center, Bairro Cremação, CEP: 66.040.045, Belém, estado do Pará, representado neste ato, por seu Sócio Administrador , o Sr. ROMULO VICTOR DE LIMA MELO, brasileiro, casado, contador , residente e domiciliado no Município de Belém, estado do Pará, à Rua Dr. Americo Santa Rosa, N° 1086, bairro Canudos, portador do CPF: 861.798.372-87 e RG: 015562/0-6 - CRC/PA, com o valor mensal de R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), totalizando o valor de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais), para um período de 12 (doze) meses, por meio de Inexigibilidade de Licitação com fundamento no art. 25, inciso II da Lei nº 8666/93.

É o parecer.

Portel-PA, em 05 de Janeiro de 2015


MARIAR FONSECA DA CRUZ

Comissão Permanente de Licitação Presidente



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO:

Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa (PÚBLICA) nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, pelo período de 12 (doze) meses.

DA JUSTIFICATIVA:

A contratação dos serviços técnicos especializados para o Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) se justifica em virtude da necessidade de orientação ao gestor e aos membros do conselho do IMPP. A consultoria e assessoria técnica é um eficiente instrumento de minimização de falhas e otimização de resultados fazendo com que a Administração obtenha resultados satisfatórios nos procedimentos contábeis realizados.

DA ESTIMATIVA DE CUSTO:

A estimativa desta Ação está estimada em R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta da Dotação: recurso próprio do Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP), Dotação orçamentária: Exercício 2015-09.1272.0053.2.154 - Manutenção do Instituto Municipal de Previdência do Município de Portel 3.3.90.35.00-00-Serviços de Consultoria.

DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem executados serão de assessoria contábil especializada na gestão pública que pleiteamos contratação consistente, basicamente, na:

- Classificação e escrituração contábil de acordo com as normas de Contabilidade Pública, disposta na Lei de Direto Financeiro, Lei n.º 4.320/64, ou outra que vier a substituí-la, bem como pelas orientações e disposições baixadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, e outros órgãos competentes;
- Apuração de balancetes mensais, na forma estabelecida pelo TCM/PA – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- Apuração bi mensal da execução orçamentária para inclusão no Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicada pelo Poder Executivo;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

- Apuração semestral do Relatório de Gestão Fiscal para autuação no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA;
- Apuração anual do Patrimônio e da execução orçamentária-financeira para a consolidação ao Balanço Anual do IMPP;
- Assessoria nas aquisições e contratações, gestão de pessoal e na avaliação dos projetos de leis do PPA – Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei de Orçamento Anual, Projetos de Lei de Crédito Adicional Especial orçamentário, e outras proposições que necessitarem de supervisão contábil.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, será exigido no ato convocatório que os interessados atendam à documentação solicitada pela Comissão Permanente de Licitação.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato que se originar deste processo deverá estar vigente até 31.12.2015. O prazo passará a ser contando a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se couber, nas condições estabelecidas no artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93 atualizada.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) efetuará o pagamento com moeda corrente por meio de recursos próprios, até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, sempre respeitando o pagamento sucessivo no período de 30 em 30 dias. Não serão aceitas cobranças de títulos descontados através do sistema bancário, ou negociados com terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da contratada:

1. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição;
2. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) quanto à execução dos serviços contratados;
3. Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, apontadas pelo Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP), em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
4. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos de execução do serviço ora licitado, nos termos da legislação vigente e de acordo com este contrato;
5. Não transferir a outrem o objeto contratado, no todo ou em parte;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo;
7. Elaborar e entregar relatórios todas as vezes que solicitada apontadas pelo Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP);
8. Cumprir fielmente o que estabelece o Edital e seus Anexos, de forma que, a prestação de serviços esteja dentro das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos reguladores;
9. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da adjudicação da contratação;
10. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da contratada ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da contratação.
11. O não cumprimento por parte da Contratada referente aos itens acima e que venham prejudicar apontadas pelo Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP), implicará nas sanções previstas neste Termo e na legislação vigente.

DOS DEVERES DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL (IMPP)

Intervir em qualquer fase da execução dos serviços realizados pela Contratada, de forma direta ou através de terceiros, visando assegurar o normal andamento dos trabalhos.

Ao Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) cabe:

1. Repassar à Contratada todos os dados e informações necessárias à execução dos serviços;
2. Dirimir eventuais dúvidas da Contratada quando esta, o solicitar; visando a boa e fiel execução dos serviços;
3. Notificar por escrito à Contratada quando da aplicação de eventuais multas, pelo não cumprimento de obrigações contratuais.

DAS SANÇÕES:

Caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas, a Contratada ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso na execução do mesmo, até o máximo de 5 (cinco) dias, e, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a partir do sexto dia do inadimplemento, concomitante às demais sanções;
3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Contratante, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.

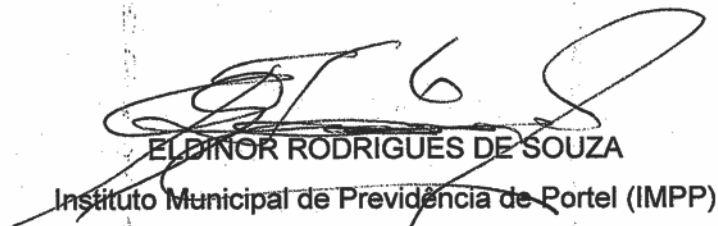
As multas, aqui referenciadas, serão descontadas de pagamento devido pelo Contratante, ou cobradas judicialmente. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades; no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado pelo Contratado e aceito pelo Contratante.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A parte contratada deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP).

DA RESCISÃO:

O contrato poderá ser rescindido por ambas as partes quando ocorrer em situações apontadas nos artigos 77 e 78, incluindo seus incisos, da lei 8666/93 e suas alterações posteriores.


ELDINOR RODRIGUES DE SOUZA
Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP)
Presidente



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO QUE ENTRE SI FAZEM, O E A EMPRESA:

Pelo presente instrumento, as partes adiante nomeadas e qualificadas celebram o presente TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, PARA DESENVOLVER ATIVIDADES NO ÂMBITO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PÚBLICA) NAS ÁREAS TÉCNICO - CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA, mediante as condições insertas nas cláusulas abaixo:

CONTRATANTE:

....., pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/M F nº, com sede à, nº. - bairro - CEP : - cidade - Estado, neste ato representada pelo Presidente, Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado no Município de, estado, à nº, bairro, portador do CPF Nº..... e RG NºUF

CONTRATADO;

....., nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG:/UF..... e CPF:, residente e domiciliado à, nº, CEP:, bairro, cidade....., estado



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da Lei federal nº 8.666/93, modificada posteriormente, e a autorização contida no despacho do Processo nº, referente à Inexigibilidade de Licitação nº, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS:

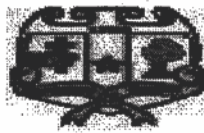
CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato é celebrado pelo prazo de ate () dias, compreendendo o período de de de à de de

CLÁUSULA SEGUNDA - Contratação de Empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa (PÚBLICA) nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência em anexo, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Portel.

2.2 - Especificação dos Serviços a serem realizados;

Os serviços de assessoria contábil especializada na gestão pública que pleiteamos contratação consistente, basicamente, na:

Classificação e escrituração contábil de acordo com as normas de Contabilidade Pública, disposta na Lei de Direto Financeiro, Lei n.º 4.320/64, ou outra que vier a substituí-la, bem como pelas orientações e disposições baixadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, e outros órgãos competentes; Apuração de balancetes mensais, na forma estabelecida pelo TCM/PA – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; Apuração bimestral da execução orçamentária para inclusão no Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicada pelo Poder Executivo; Apuração semestral do Relatório de Gestão Fiscal para autuação no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA; Apuração anual do Patrimônio e da execução orçamentária-financeira para a consolidação ao Balanço Anual do IMPP; Assessoria nas aquisições e contratações, gestão de pessoal e na avaliação dos projetos de leis do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei de Orçamento Anual, Projetos de Lei de Crédito Adicional Especial orçamentário, e outras proposições que necessitem de supervisão contábil.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A) pelo adimplemento total do OBJETO do ajuste, mediante ATESTADO emitido pelo Gestor o Sr....., o valor total de R\$.....(reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços com a emissão da nota fiscal atestada pelo Gestor.

Parágrafo Primeiro - Compete a(o) CONTRATADO(A) Todos os encargos sociais originários da execução do presente Contrato, incluindo - se entre outros, impostos, frete, taxas e obrigações relativas à Legislação Trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Segundo - A despesa citada correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do vigente Orçamento: Dotação Orçamentária Exercício Elemento de Despesa:

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATANTE através do Gestor o Sr., exercerá a fiscalização do presente ajuste, obrigando-se o(a) CONTRATADO(A) a facilitar as ações inerentes, sob pena de caracterizar descumprimento contratual e sujeitar-se as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - O presente ajuste poderá ser rescindido nos casos arrolados pela Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, e será admitida a prorrogação através de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – O presente instrumento tem fundamento jurídico em procedimento administrativo realizado por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº./2015, homologado e adjudicado pelo Sr.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente por parte do CONTRATANTE, nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, assegurando ao CONTRATADO as garantias constitucionais do devido processo legal e ao direito de ampla defesa e contraditório, se:

A contratada não cumprir as suas obrigações contratuais. Houver razões de interesse do serviço público, devidamente fundamentadas. Poderá também ser rescindido bilateralmente, mediante acordo firmado entre as partes. Por decisão judicial transitada em julgado.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS

9.1) Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 a Contratada poderá incorrer nas seguintes multas: 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na disposição do objeto licitado e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do respectivo contrato; 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da contratada for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores acima mencionados serão atualizados à época da inflação contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente às multas, será descontado do pagamento a que fizer jus a contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1) - Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato, poderão ser aplicadas as seguintes Penalidades. Advertência; Multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato; Suspensão temporária de participação em licitação; Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.2) - Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos:

Descumprimento das obrigações do CONTRATADO para com o contratante; Erros, omissões ou vícios na Nota Fiscal/Recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATADO(A) é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo o órgão interessado, conforme disposto no artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de CIDADE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas, omissões ou litígios decorrentes deste Contrato, de conformidade com o disposto na legislação em vigor. Os casos porventura omissos serão resolvidos pela aplicação do disposto na Lei Federal nº.8.666/93.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

E, por estarem assim, justas e CONTRATADAS entre si, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, produzindo seus efeitos legais a partir de sua assinatura.

..... - de de

xxxxxxxxxxxxxx

Gestor do

Contratante

Contratado(a)

TESTEM UN HAS:

1. NOME E CPF

2. NOME E CPF



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE PORTEL I.M.P.P.

CNPJ: 07.241.142/0001-90

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ÀO

Instituto Municipal de Previdência de Portel (IMPP) Aos cuidados da Comissão de Permanente de Licitação Referente: Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2015.

Assunto: PROPOSTA DE PREÇO

Ilmo. Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TABELA A

SER PREENCHIDA COM OS DADOS DO FORNECEDOR

Quant.	Serviço	Preço Unitário	Preço Global
01	Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Contábil, para Desenvolver Atividades no Âmbito da Gestão Administrativa (PÚBLICA) nas Áreas Técnico - Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Financeira, pelo período de 12 (doze) meses.	Preencher em algarismo	Preencher em algarismo
Total Geral			Preencher em algarismo
Por extenso			
Execução - 12 meses			
Pagamento: divididos em 12 parcelas. Vencimento -31/12/2015			

Carimbo e ou assinatura do fornecedor

Prazo mínimo da validade desta proposta: e dias.

....., de de